

AGOSTO 2026

194ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

CURRÍCULO DO MEDO

Violência contra professores explode e transforma
escolas em ambiente de tensão



Foto: Imagem criada com ChatGPT/Gazeta do Povo

Editorial: Reconhecer que
Deltan Dallagnol está elegível é
fazer justiça

Psicólogo preso no 8/1
escreve livro em embalagens
de suco relatando o que viveu

Índice

Editorial: Reconhecer que Dallagnol está elegível é fazer justiça 04

Guilherme Fiuza: (Ainda) é preciso ouvir Armínio Fraga 12

Roberto Motta: Você compraria cachorro-quente sem salsicha? E uma democracia onde o voto não tem valor? 18

Violência explode e transforma escolas em ambiente de tensão 24

Ações contra Flávio Bolsonaro e dosimetria recolocam Moraes na mira da Lei Magnitsky 34

Declarações de Lula geram mal-estar internacional 46

Psicólogo preso no 8/1 escreve livro em embalagens de suco relatando o que viveu 61



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Deltan Dallagnol perdeu o mandato de deputado federal devido a uma decisão absurda do Tribunal Superior Eleitoral. (Foto: ChatGPT sobre foto de Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

EDITORIAL

Reconhecer que Dallagnol está elegível é fazer justiça

As eleições de 2022 e os meses que lhe seguiram foram pródigos em decisões absurdas da Justiça

Eleitoral, que em alguns casos desequilibraram gravemente o pleito em favor de um dos lados, e em outros simplesmente calou a voz de muitos eleitores. Uma das maiores injustiças cometidas naquela ocasião está para ser parcialmente remediada em breve, a depender da resposta que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) der ao Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE) protocolado pelo ex-procurador e ex-deputado federal Deltan Dallagnol.

Em 2022, Dallagnol foi o candidato a deputado federal mais votado no Paraná, mas a Federação Brasil da Esperança, que incluía o PT, acionou a Justiça Eleitoral para impugnar a candidatura, alegando que Dallagnol estaria inelegível pelos critérios da Lei da Ficha Limpa. A lei considera

inelegíveis por oito anos “os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar”, mas não era o caso de Dallagnol, pois não havia nenhum PAD aberto contra ele em novembro de 2021, quando o então procurador pediu sua exoneração do MPF.

Naquela ocasião, o TRE-PR negou o pedido dos esquerdistas e manteve o registro da candidatura; o caso subiu para o Tribunal Superior Eleitoral, e a Procuradoria-Geral Eleitoral deu parecer favorável a Dallagnol. No entanto, o plenário do TSE, por unanimidade, atropelou o respeito à vontade popular, que elegeu Dallagnol com quase

345 mil votos, e cassou o registro da candidatura em maio de 2023; Dallagnol, que já vinha exercendo o mandato, teve de deixar a Câmara.



Em 2023, Benedito Gonçalves e o TRE inventaram um novo critério de inelegibilidade, inexistente na Lei da Ficha Limpa, apenas para tirar o mandato de Dallagnol

Os ministros seguiram o relator Benedito Gonçalves (o mesmo do “missão dada, missão cumprida” e dos tapinhas amigáveis de Lula) em uma aberração jurídica: como havia reclamações disciplinares e pedidos de providências contra o então procurador, e eles poderiam vir a se tornar PADs, isso bastaria para configurar a inelegibilidade.

Obviamente, não é isso que está na Lei da Ficha Limpa, e nem mesmo a mais ampla interpretação da lei abrigaria essa argumentação; o que Gonçalves fez foi inventar um novo critério de inelegibilidade, inexistente na lei, para dar sequência à “vingança” contra os ex-membros da Lava Jato, profetizada por Luís Roberto Barroso. Os PADs que já haviam sido concluídos, com punições contra Dallagnol por delitos inexistentes, já eram manifestação dessa vingança, bem como as reclamações pendentes quando Dallagnol deixou o MPF; nenhuma delas tinha como base ilícitos reais que o procurador pudesse ter cometido – tanto era assim que as reclamações que prosseguiram, por envolver também colegas de Dallagnol que continuavam no MPF, não resultaram em processos

disciplinares, mostrando que a “bola de cristal” usada por Gonçalves estava totalmente quebrada.

Embora o RDE também trate do mérito da decisão absurda de 2023 e mostre que Dallagnol não se encaixa na descrição do artigo 1.º, I, q da Lei de Inelegibilidades, o argumento principal é outro: o fato de a decisão de 2023 do TSE não ter estabelecido nenhum efeito futuro, limitando-se apenas à candidatura registrada no pleito de 2022 – a esse propósito, é autoexplicativo que o tipo de ação protocolada pelos partidos de esquerda tenha sido uma Ação de Impugnação de Registro de Candidatura, que só diz respeito ao passado, não ao futuro. Os pareceristas Adriano Soares da Costa (um dos principais eleitoralistas do país), Luiz Guilherme Marinoni e Ricardo Alexandre da Silva reviraram a decisão do TSE e não

encontraram nela nenhuma declaração de inelegibilidade futura, que teria de ser explicitamente mencionada. Soares da Costa, em seu parecer, se diz “constrangido diante da confusão teórica e prática de uma decisão de tão graves consequências, que criou hermenêuticamente uma hipótese inexistente de inelegibilidade, tomou-a como sendo preexistente e não condenou expressamente quem a teria fraudado para fugir daquela mesma inelegibilidade que não existia no caso concreto” – inelegibilidade essa que “nunca é decretada, mas apenas pressuposta, como se citar um artigo abstrato de lei fosse aplicá-lo em concreto”, acrescenta o jurista.

Se fizer novamente a coisa certa, o TRE-PR não apenas reconhecerá um direito inequívoco de

Dallagnol – que pretende se candidatar ao Senado pelo Paraná –, mas também calará setores da esquerda paranaense que já se adiantaram na divulgação de fake news sobre a situação eleitoral do ex-deputado e ex-procurador. Como afirmamos no início, a grande injustiça de 2023 já não tem como ser totalmente corrigida, no sentido de que não há mais como recuperar o mandato conquistado em 2022 e devolver a voz de 345 mil paranaenses; mas ao menos será possível impedir que a injustiça se perpetue, permitindo que Dallagnol volte a submeter seu nome ao eleitor, sem novos impedimentos arbitrários e que carecem totalmente de fundamento.



[Voltar ao índice](#)



Armínio Fraga fez uma crítica contundente à condução macroeconômica do governo Lula. (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

OPINIÃO

Guilherme Fiuza

(Ainda) é preciso ouvir Armínio Fraga

Se o Brasil fosse um grande confessionário, estaria faltando espaço. Se o Brasil fosse um grande divã, ainda seria necessário um beliche. A

dívida de sinceridade anda grande por aqui. Mas nem tudo está perdido. Uma parte bastante influente da sociedade resolveu fazer uma aposta arriscada nos últimos anos. De olho numa construção política artificial, gente bastante esclarecida decidiu participar de um banho de loja no petismo. Lula ressurgiu do cárcere da Lava Jato como o grande emblema da democracia brasileira.

O esforço para a construção dessa miragem foi tão bem-sucedido (!) que a coreografia nem pegou tão mal assim. A bolha gigante absorveu o vexame. Imprensa, universidade, cultura, business — foi um formidável aparato institucional ecoando a mesma fábula (rendeu até Oscar). A impostura foi suficientemente

acolchoada na sociedade para mitigar o constrangimento dos envolvidos.



As gestões econômicas do PT não são diversas nem plurais. Todas têm a mesma marca

Quanto tempo pode durar uma lenda? Depende. A de Daniel Ortega já se aproxima de meio século. Mas o divã da Nicarágua é menor que o nosso. E as longas páginas do PT no poder são gritantes demais para que um banho de loja as enxágue plenamente. Mesmo desconsiderando o capítulo da corrupção, há passagens das quais nenhuma lavagem poderá remover o encardido. É um partido que, com Lula ou sem Lula no leme, pratica expansão de gastos públicos e incremento tributário — na contramão do que, ainda no

século passado, se consagrou como princípio essencial para a saúde econômica e o crescimento: o rigor fiscal.

O projeto presidencial do PT, em 2022, não tinha nenhum sinal que indicasse uma guinada no que sempre praticou. E recebeu o apoio de vários economistas importantes do período do Plano Real — justamente quando se consagrou, no Brasil, o princípio da responsabilidade fiscal. Agora, um desses mestres, Armínio Fraga, faz uma crítica contundente à condução macroeconômica do governo Lula — em quem não apenas votou, mas para quem também recomendou publicamente o voto. “A situação fiscal é bastante grave. Embora o governo tenha criado o arcabouço fiscal, chutou o pau da barraca logo de cara, e os resultados estão aí, na forma de

juros altos”, disse Armínio à revista Veja. “Não descarto uma recessão em 2027”, acrescentou o ex-presidente do Banco Central, contando que tem recomendado aos seus clientes que não contraiam dívidas.

Se, em 2022, Armínio tivesse dado uma rápida consultada em sua bola de cristal, estaria tudo lá. Mas, na época, ele preferiu dizer que entrevistou Lula por telepatia e obteve do candidato as melhores garantias de uma conduta econômica responsável. De qualquer forma, menos importante do que entrevistar Armínio por telepatia para entender sua lógica quatro anos atrás é reconhecer a importância do que está dizendo agora.

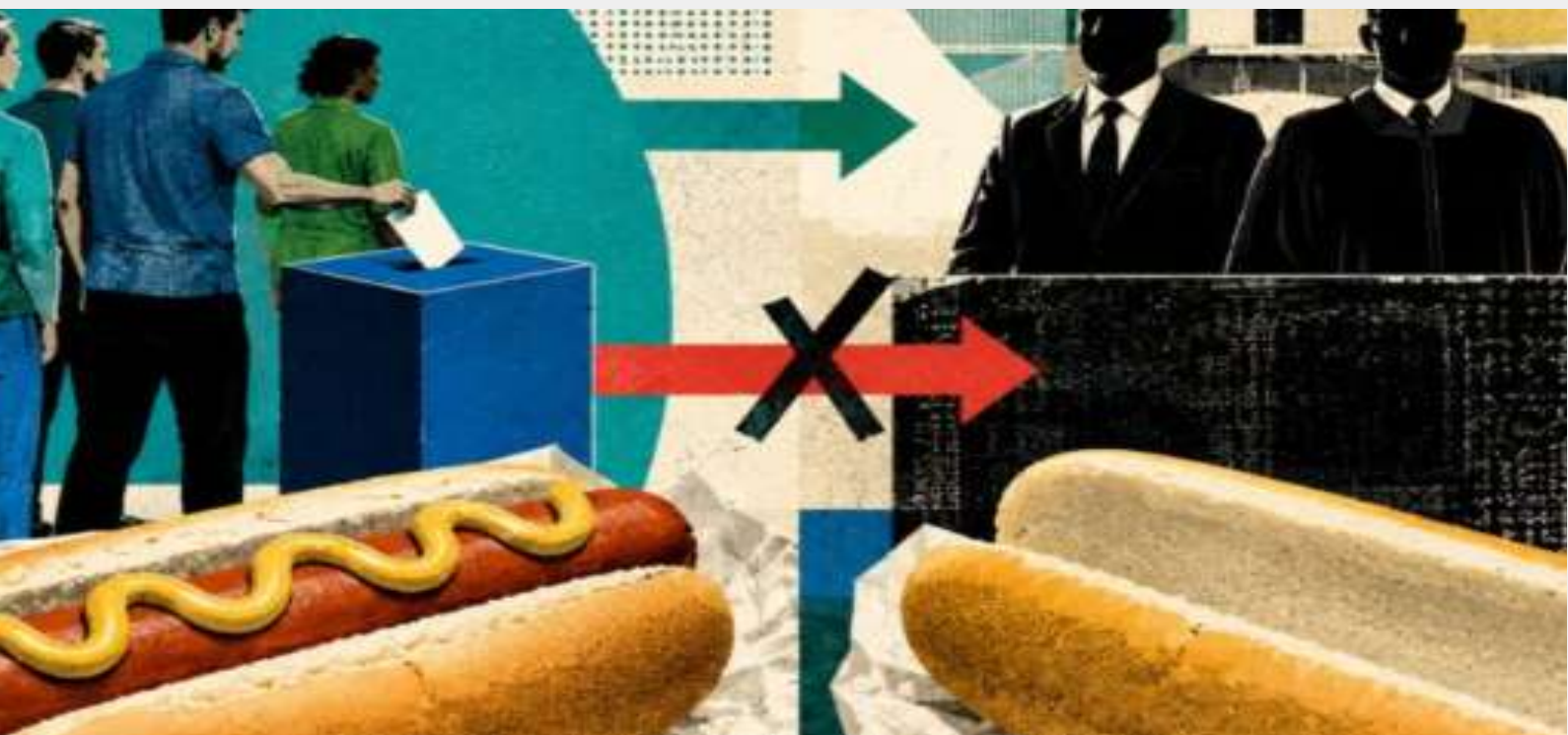
Que outros economistas consagrados também se animem a deitar no divã do Brasil e abrir o jogo para os brasileiros sobre o que está em jogo nesta eleição.



Autor: Guilherme Fiuza é jornalista, escritor e roteirista, autor dos livros “Meu nome não é Johnny”, “3.000 dias no bunker” (ambos adaptados para o cinema), “Bussunda - A vida do casseta”, “O Império do Oprimido” e “O passado promete”, entre outros. Autor das peças “Eu e ela” e “O controle”, e coautor da série de TV “O Brado Retumbante”. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Chamar de democracia um sistema como nosso é como chamar um pão vazio de cachorro-quente. (Foto: Imagem criada utilizando Open AI/Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Roberto Motta

Você compraria cachorro-quente sem salsicha? E uma democracia onde o voto não tem valor?

O voto não tem como objetivo eleger aquele que é mais capacitado para governar. A função do voto é conferir legitimidade ao governo. Isso quer

dizer o seguinte: um governo só é legítimo se for escolhido pelo voto popular. Acontece que o eleitor, em geral, não tem como saber qual dos candidatos é o mais competente ou o mais honesto. O eleitor pode ser enganado e errar na escolha. As eleições podem colocar no poder políticos incompetentes e corruptos – e isso já aconteceu na maioria dos países.

Para impedir que o voto errado tenha consequências desastrosas, foram criadas a tripartição de poderes e os mecanismos de freios e contrapesos. O Estado é dividido em 3 poderes independentes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que se vigiam e se fiscalizam, usando mecanismos como a aprovação de leis, processos judiciais e impeachment. Esses mecanismos deveriam conter os maus governantes e impedir

que eles ficassem no poder por muito tempo. Deveriam.



O voto está para a democracia como a salsicha está para o cachorro-quente. Se o poder do voto é anulado ou desconsiderado, não há mais democracia. Se as pessoas mais poderosas do país não receberam nenhum voto, há algo errado

Na prática, uma das primeiras coisas que um governante ruim faz é aparelhar as instituições do Estado e tentar se perpetuar no poder. Um presidente que nomeia magistrados aliados pode, depois, contar com decisões judiciais favoráveis. Um governo que distribui cargos e verbas a parlamentares pode driblar qualquer oposição.

São raros os governos brasileiros em que isso não aconteceu de alguma forma. Isso também acontece em outros países, inclusive nos EUA. O primeiro instinto da maioria dos políticos, quando chegam ao poder, é fazer tudo para ficar lá o maior tempo possível.

Se eleições legítimas podem instalar governos incompetentes e corruptos, e se esses governos podem corromper as instituições que deveriam controlá-los, qual é a saída? Essa pergunta não tem uma resposta boa. Mas merece uma reflexão. Qualquer cidadão interessado em sua liberdade e na preservação de seus direitos precisa examinar essa questão de forma sincera, abandonando os slogans ideológicos. Além da possibilidade de corrupção dos mecanismos de controle e da eternização de governos ruins, outra questão

perturba o sonho democrático: a ascensão da juristocracia.

Juristocracia é o regime político no qual a última palavra sobre qualquer assunto pertence a magistrados e tribunais. É uma tendência nos países ocidentais e um fenômeno onipresente no Brasil. Decisões judiciais são um instrumento de defesa de direitos e de controle do poder do Estado. Elas não podem se transformar em uma forma de exercer poder ilegítimo através de ativismo excessivo e captura ideológica.

A essência da democracia é a concessão do poder através do voto. Através do voto, o cidadão escolhe quem o governa. Por isso, a democracia é chamada de governo por consentimento. O voto está para a democracia como a salsicha está para

o cachorro-quente. Se o poder do voto é anulado ou desconsiderado, não há mais democracia. Se as pessoas mais poderosas do país não receberam nenhum voto, há algo errado. Chamar de democracia um sistema como esse é como chamar um pão vazio de cachorro-quente.



Autor: Roberto Motta é pesquisador da área de segurança pública. É autor de 4 livros: “Ou Ficar A Pátria Livre”, “Jogando Para Ganhar: Teoria E Prática da Guerra Política”, “Os Inocentes do Leblon” e “A Construção da Maldade: Como Ocorreu a Destruição da Segurança Pública Brasileira”. É graduado em engenharia e mestrado em gestão. Foi um dos fundadores do Partido Novo e é comentarista na Jovem Pan News. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Violência, ameaças e desordem em sala de aula desafiam professores. (Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

Falta de disciplina

Violência explode e transforma escolas em ambiente de tensão

Por Gabriel de Arruda Castro

A perda de autoridade dos professores, o avanço da indisciplina entre os alunos e a falta de uma

legislação mais dura são alguns dos principais fatores por trás do aumento da violência nas escolas brasileiras. Essa é a avaliação dos especialistas em educação ouvidos pela Gazeta do Povo, análise que encontra respaldo em pesquisas nacionais e internacionais sobre o ambiente escolar.

Os dados mais recentes ajudam a dimensionar a gravidade do problema. A última edição da pesquisa internacional Talis, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra que 47% dos professores brasileiros relatam sofrer estresse causado por intimidação ou abuso verbal, enquanto a média dos países participantes é de 18%. O levantamento também aponta que mais de 50% dos docentes no Brasil convivem com ruído e desordem frequentes em sala de aula, percentual

muito superior ao registrado na média internacional, próxima de 20%. Além disso, os professores brasileiros dedicam mais de 20% do tempo das aulas à manutenção da disciplina, contra 15% na média da OCDE.

Na avaliação dos especialistas, parte desse cenário decorre de mudanças nas concepções pedagógicas difundidas nas últimas décadas, que passaram a enxergar a indisciplina e até mesmo a violência escolar como reações a estruturas de poder. O efeito prático foi a redução da legitimidade da autoridade do professor e o enfraquecimento dos instrumentos de controle da disciplina. Nesse contexto, professores defendem leis que ampliem a capacidade da escola de impor sanções efetivas.

“Não há vácuo de autoridade. Se o professor não a exerce, os alunos mais fortes e mais violentos a exercerão. A consequência é o aumento da frequência de ataques violentos a estudantes, professores e funcionários, impactando o clima escolar e o aprendizado”, analisa Anamaria Camargo, mestre em Educação.

Especialista atribui avanço da violência ao enfraquecimento da disciplina

Além dos indicadores internacionais, pesquisas realizadas com docentes também revelam um ambiente cada vez mais hostil dentro das escolas. Um levantamento do Centro do Professorado Paulista (CPP), publicado em junho, revelou que 65% dos entrevistados já sofreram algum tipo de agressão em sala de aula ou no ambiente escolar.

A violência verbal é a ocorrência mais comum, presente em 71% dos casos relatados, seguida pela violência psicológica e moral (58%), institucional (27%) e física (19%). Os números revelam que as agressões contra docentes não se restringem a episódios isolados e passaram a fazer parte da rotina de uma parcela significativa dos profissionais da educação. “Em mais de 60 anos dedicados ao magistério, nunca vi um cenário tão alarmante e hostil para a nossa classe como o que enfrentamos hoje”, afirma Silvio dos Santos Martins, presidente do CPP.

“O professor tem sido alvo de agressões de todas as ordens verbais, físicas e institucionais. Essa escalada de violência destrói não apenas a saúde e a integridade do educador, mas inviabiliza o próprio processo de ensino e aprendizagem que estrutura a nossa sociedade”, completa.

Os números da pesquisa e os relatos de professores refletem um processo mais amplo de enfraquecimento da autoridade docente, afirma Anamaria Camargo. Autora do livro *Escola Woke: Como o Método Paulo Freire foi retrofitado para os dias de hoje*, ela atribui esse fenômeno à influência do que define como "escola woke". "A 'escola woke' defende que a indisciplina ou mesmo a violência nas escolas é apenas o resultado de reações aos sistemas de poder. A solução, portanto, passa pela redução da autoridade e do poder de punir do professor", afirma.

A autora também critica a adoção da Justiça Restaurativa, amparada pelo Ministério da Educação (MEC), como resposta aos conflitos escolares. Segundo ela, práticas como os chamados "círculos restaurativos" priorizam a

reconciliação entre agressor e vítima em vez da punição do primeiro e da proteção da segunda. “Isso significa que, se depender do MEC, o problema da violência nas escolas só vai piorar, e princípios caros à nossa sociedade, como a noção de respeito à ordem e a igualdade de todos perante a lei, vão continuar sendo atacados”, avalia.



Professor não é babá e escola não é centro de acolhimento de menores infratores que se sentem perfeitamente à vontade para delinquir repetidamente.

Anamaria Camargo, mestre em Educação

Professores desejam mais respaldo legal

A discussão sobre a violência nas escolas também tem levado educadores a defender mudanças na legislação e nas políticas de disciplina escolar. Para eles, a falta de consequências efetivas para casos de agressão e ameaça contribui para o aumento da sensação de impunidade e para o enfraquecimento da autoridade dos professores.

Martins e outros 93,6% dos professores entrevistados na pesquisa do CPP defendem uma revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como forma de reduzir o ambiente hostil enfrentado pelos docentes. “O que vemos hoje nas salas de aula é uma distorção que gera um perigoso sentimento de impunidade. Precisamos de um ordenamento jurídico que não deixe o educador desamparado”, afirmou.

Os defensores da revisão argumentam que as escolas precisam de maior autonomia para aplicar medidas disciplinares a alunos que pratiquem agressões ou ameaças contra professores e funcionários. Entre as mudanças sugeridas estão a ampliação da responsabilização dos responsáveis em casos de reincidência de violência, ameaças ou danos ao patrimônio escolar cometidos por seus filhos.

Além das mudanças na legislação e nas políticas disciplinares, Camargo defende uma participação mais ativa das famílias na educação dos filhos. “É urgente que pais e mães assumam o seu papel de educadores e ‘civilizadores’ de seus filhos. Professor não é babá e escola não é centro de acolhimento de menores infratores que se sentem perfeitamente à vontade para delinquir repetidamente”, critica.

Na avaliação da autora, recuperar a autoridade do professor exige uma combinação de disciplina, responsabilização familiar e valorização do papel do docente dentro da escola. “A ‘aprovação automática’, por exemplo, amplia não só a lacuna de aprendizagem, como também a percepção dos alunos de que aprender é desnecessário e o papel do professor é irrelevante”, finaliza.



[Voltar ao índice](#)



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, está sendo processado pela Justiça dos EUA em ação movida por plataformas. (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

Nova etapa da crise

Ações contra Flávio Bolsonaro e dosimetria recolocam Moraes na mira da Lei Magnitsky

Por Silvio Ribas

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de prorrogar por mais um ano o

estado de emergência nacional contra o Brasil recolocou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no radar de sanções da Lei Magnitsky. Para analistas, ao manter acusações de censura, perseguição política e violações à liberdade de expressão, Washington reativou o maior instrumento de pressão individualizada contra autoridades brasileiras.

A medida ocorre após o fracasso das negociações que, no fim de 2025, levaram à retirada de Moraes e de sua esposa, Viviane, da lista de sancionados. Na ocasião, o gesto foi interpretado como resultado do avanço da Lei da Dosimetria para condenados do 8 de janeiro, que sinalizaria distensão institucional ao reduzir penas drasticamente e beneficiar também o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27

anos em regime fechado. O cenário mudou quando a proposta não prosperou. Após o veto de Lula, a derrubada dele pelo Congresso e a suspensão da aplicação da lei por Moraes, as tratativas perderam força e o horizonte ficou incerto. Em paralelo, ações judiciais envolvendo Jair Bolsonaro e a campanha de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência ampliaram o desgaste político com Washington.

Segundo o jurista André Marsiglia, o estado de emergência dos EUA pode ser visto como um prelúdio da aplicação da Magnitsky contra Moraes ou qualquer outra autoridade do Brasil, ao acenar com punições individuais. "O próprio governo Trump deixou isso claro ao alertar publicamente que viriam sanções individuais em resposta ao veto dado pelo governo aos vistos de

entrada de observadores americanos do processo eleitoral", disse à Gazeta do Povo.

Alegada boa relação entre Trump e Lula não trouxe ganhos sustentáveis

Moraes e Viviane haviam sido sancionados em julho e setembro de 2025 e tirados da lista em dezembro, após a abertura de negociações diretas entre Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre setembro de 2025 e maio de 2026, os dois chefes de Estado mantiveram encontros presenciais e telefônicos na tentativa de conter a crise. Com o insucesso das tratativas, Trump afirmou "não se importar" com Lula, a quem considera "volátil".

Ao mesmo tempo, aliados de Lula têm movido ações, algumas acolhidas por Moraes, capazes de prejudicar a campanha de Flávio, entre elas por uma suposta calúnia contra o presidente e o questionamento sobre a divulgação da carta de Jair Bolsonaro, que levou à imposição do isolamento absoluto dele, a Flávio.

Na investida mais recente, Moraes pediu ao ex-presidente esclarecimentos sobre o vídeo na convenção do PL que simula fala dele por inteligência artificial. A defesa já informou que Bolsonaro não autorizou o vídeo com IA no evento partidário. Também entrou nesse conjunto de fatos a decisão de Moraes de impedir a visita do presidente argentino, Javier Milei, a Jair Bolsonaro.

Para integrantes da direita, a sucessão de medidas judiciais reforça a percepção nacional e internacional de perseguição política e interferência no ambiente eleitoral. Já o governo e o STF sustentam que as decisões decorrem apenas da aplicação regular da Constituição, das leis e dos regimentos dos tribunais.

Trump emitiu sinais de que poderia reagir a Moraes ao longo de um ano

Ao longo de um ano, Trump elevou o tom das críticas contra Moraes e o governo Lula. O primeiro movimento veio em 9 de julho de 2025, com o tarifação de 50% sobre produtos brasileiros e críticas ao STF por agredir a liberdade de expressão, que acabou sendo revisto posteriormente. Recentemente, em junho de 2026, na reunião do G7, chamou o Brasil de

“politicamente perigoso” e citou rumores de eventual impedimento da candidatura ou risco de prisão de “Bolsonaro Júnior”.

A narrativa foi reforçada por integrantes da Administração Trump. A ordem executiva renovada nesta semana repetiu acusações de violações de direitos humanos, enquanto o secretário de Estado, Marco Rubio, e assessores próximos do presidente relacionam decisões do STF ao enfraquecimento da democracia. O endurecimento coincidiu com investigação do Escritório de Comércio dos EUA (USTR), que resultou em novas tarifas ao Brasil.

Nesse ambiente, aliados da direita intensificaram articulações em Washington para defender o retorno da Magnitsky. O ex-deputado Eduardo

Bolsonaro e o jornalista Paulo Figueiredo mantiveram reuniões com integrantes do governo Trump. Figueiredo afirmou que pediu a retomada das sanções “em todas as reuniões”, enquanto Eduardo declarou que a medida seria só “uma questão de tempo”. O governo brasileiro chamou esses movimentos de orquestração.

Especialista vê escalada de tensões puxada pelo calendário eleitoral

O cientista político Paulo Kramer entende que o endurecimento da postura de Trump decorre de uma sucessão de impasses nas negociações bilaterais com o Brasil, agravada pelo acúmulo de atritos políticos e diplomáticos. Na avaliação dele, declarações e gestos de Lula e seu governo contribuíram para deteriorar de vez o ambiente de diálogo ao longo dos últimos meses.

Para Kramer, esse contexto aumenta a probabilidade de Washington voltar a recorrer à Lei Magnitsky como instrumento de pressão contra autoridades brasileiras. Alexandre de Moraes segue como o principal alvo potencial de sanções individualizadas, sobretudo diante do desgaste das tratativas que haviam levado ao relaxamento das medidas impostas anteriormente.

O especialista também prevê escalada das tensões entre Trump e Lula à medida que se aproximar o primeiro turno das eleições presidenciais, em 4 de outubro. Segundo ele, a campanha eleitoral brasileira tende a incorporar cada vez mais a dimensão internacional do conflito, tornando os embates entre Brasília e Washington elementos da disputa política doméstica.

Na avaliação de Kramer, Lula encontra dificuldades para mostrar resultados de governo com impacto eleitoral e, por isso, tende a intensificar o discurso de enfrentamento aos EUA. A estratégia é enfatizar a defesa da soberania nacional e acentuar o tom patriótico, algo que já produziu redução da queda de popularidade desde 2025 e será explorado na campanha pela reeleição.

Pressão contra Moraes vai além da Casa Branca e inclui Justiça dos EUA

O cientista político Antônio Flávio Testa lembra que ainda há outra frente de pressão contra Moraes, vinda dos processos das plataformas Rumble e Truth Social na Justiça americana. “Apesar disso, o magistrado brasileiro continua jogando pesado contra os seus alvos da direita

por contar com a cobertura de núcleos influentes no STF e no Executivo”, disse.



A negação de vistos para dois representantes de Trump virem ao país foi uma medida vista lá fora como autoritária e sem justificativa crível. Isso tudo ainda pode produzir reações mais drásticas

Para ele, a proibição de os filhos de Jair Bolsonaro visitarem o pai, alcançando até o presidente argentino, poderá aumentar a pressão internacional. “Tem muitas ações em andamento para prejudicar a campanha de Flávio. Além disso, a negação de vistos para dois representantes de Trump virem ao país foi uma medida vista lá fora como autoritária e sem justificativa crível. Isso

tudo ainda pode produzir reações mais drásticas”, opinou.

Já Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia, acredita que existe chance real de pressão contínua para a nova aplicação de sanções, mas a efetivação depende de um eventual endurecimento nas medidas contra Jair Bolsonaro ou da avaliação do governo Trump sobre os ganhos de voltar a usar sanções financeiras diretas no cenário sul-americano.



[Voltar ao índice](#)



Falas do presidente Lula têm provocado mal-estar nas relações internacionais do Brasil. (Foto: EFE/Andre Borges)

Da Guerra do Paraguai ao Holocausto

Declarações de Lula geram mal-estar internacional

Por Aline Rechmann

A repercussão das declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a Guerra do

Paraguai, criticadas por autoridades do país vizinho e historiadores, e a troca de farpas com o presidente argentino, Javier Milei, voltaram a expor o impacto diplomático provocado por falas presidenciais. Embora a diplomacia brasileira tenha tradição de privilegiar linguagem cautelosa e negociações conduzidas pelo Itamaraty, Lula protagonizou, desde 2023, uma série de episódios em que declarações públicas abriram crises ou desgastes com governos estrangeiros.

Desde o início do terceiro mandato, falas sobre a guerra entre Israel e Hamas, a invasão da Ucrânia pela Rússia, a Venezuela do então ditador Nicolás Maduro, as negociações entre Mercosul e União Europeia e, recentemente, a Guerra do Paraguai provocaram reações oficiais de governos estrangeiros, críticas públicas de chefes de Estado e, em alguns casos, crises diplomáticas.

Analistas ouvidos pela Gazeta do Povo afirmam que os episódios não podem ser atribuídos apenas ao estilo do petista dado a improvisos. Embora Lula mantenha o hábito histórico de falar de forma espontânea, eles veem um alinhamento entre essas declarações e a orientação adotada pela política externa brasileira desde o retorno do petista ao Planalto.

Segundo a analista política Yolanda Tolentino, especialista em política e gestão estratégica internacional pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o improviso seria o veículo pelo qual uma estratégia política mais ampla acaba sendo expressa sem os filtros tradicionais da diplomacia. "Improviso e intenção não se excluem. Lula pensa falando e frequentemente abandona o texto preparado pelo Itamaraty. Mas,

quando se observa o conjunto dos episódios, percebe-se que eles caminham sempre na mesma direção: aproximação com o Sul Global, desconfiança em relação às potências ocidentais e crítica à liderança dos Estados Unidos", avalia Yolanda. Na avaliação do cientista político Elton Gomes, professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a polarização política recente alterou a diplomacia brasileira ao introduzir uma retórica mais incisiva e polêmica, que rompe com a tradição histórica de pragmatismo e neutralidade do país.

Confira uma lista com declarações de Lula durante o terceiro mandato que causaram críticas e mal-estar com outros países:

Guerra do Paraguai reabre debate histórico e irrita Assunção

Em visita à empresa Avibras Aeroco, em Jacareí (SP), na sexta-feira (24), Lula afirmou que “o Paraguai decidiu invadir o Brasil”, dando origem à Guerra do Paraguai. O episódio reacendeu uma controvérsia histórica sensível para os dois países. As declarações foram criticadas por parlamentares paraguaios, historiadores e até por integrantes da esquerda local, que acusaram o presidente brasileiro de apresentar uma interpretação simplificada do conflito.

Entre os críticos está o vice-presidente do Paraguai, Pedro Alliana, que rebateu a fala de Lula e pediu que o “Canhão El Cristiano”, considerado um troféu da Guerra, seja devolvido. Diante disso, o governo do país vizinho convocou o

embaixador do Brasil em Assunção, José Antonio Marcondes de Carvalho, nesta quinta-feira (30), para entregar uma nota formal de protesto em resposta às declarações de Lula sobre a Guerra do Paraguai. O anúncio foi feito pelo chanceler paraguaio, Rubén Ramírez, durante coletiva de imprensa no Ministério das Relações Exteriores, segundo a agência EFE.

Comparação entre Gaza e o Holocausto gerou a maior crise com Israel

Em fevereiro de 2024, durante a cúpula da União Africana, em Adis Abeba, Lula afirmou que a ofensiva israelense na Faixa de Gaza era algo que "só existiu quando Hitler resolveu matar os judeus". A comparação provocou a maior crise diplomática entre Brasil e Israel desde o estabelecimento das relações entre os dois países.

O governo israelense declarou Lula persona non grata, convocou o embaixador brasileiro para uma reprimenda oficial e exigiu retratação. Em resposta, o Brasil chamou seu embaixador em Tel Aviv para consultas. Foi a primeira vez que um presidente brasileiro recebeu esse tipo de classificação por parte de Israel.

Ucrânia: críticas desagradaram Kiev e aliados ocidentais

Ainda durante a campanha presidencial de 2022 e nos primeiros meses do terceiro mandato, Lula afirmou que Volodymyr Zelensky seria "tão responsável quanto" Vladimir Putin pela guerra.

Em outra ocasião, declarou que Estados Unidos e Europa estariam "incentivando" o conflito ao fornecer armamentos para Kiev. No mesmo sentido, em 2024, o petista sugeriu que Zelensky e Putin estariam “gostando da guerra”, já que não tinham sentado para conversar e tentar encontrar uma solução pacífica. As declarações foram contestadas pelo governo ucraniano e provocaram críticas públicas da Casa Branca, que acusou o Brasil de reproduzir narrativas russas e chinesas sobre o conflito. O presidente ucraniano também afirmou que o Brasil havia perdido a oportunidade de exercer um papel relevante como mediador.

Defesa de Maduro gerou críticas de presidentes latino-americanos

Durante visita do então ditador Nicolás Maduro ao Brasil, em maio de 2023, Lula afirmou que a

percepção de que a Venezuela vive uma ditadura seria uma "narrativa". A declaração foi imediatamente contestada por dois ex-presidentes da região. O ex-presidente uruguaio Luis Lacalle Pou afirmou que a situação venezuelana não era uma construção narrativa, mas uma realidade conhecida. O ex-presidente chileno Gabriel Boric também rebateu Lula e disse que violações de direitos humanos não podem ser relativizadas. O episódio enfraqueceu a tentativa brasileira de reposicionar o país como liderança regional.

União Europeia reagiu a críticas de Lula sobre "colonialismo"

Durante as negociações do acordo Mercosul-União Europeia, Lula acusou países

europeus de adotarem postura "colonialista" ao exigir compromissos ambientais adicionais. Embora a disputa fizesse parte das negociações comerciais, o tom das declarações gerou desconforto em Bruxelas e entre líderes europeus, incluindo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Polarização política recente alterou a diplomacia tradicional brasileira

Historicamente, a diplomacia do Brasil era caracterizada por ser universalista, não alinhada e baseada em princípios pragmáticos de comércio exterior, evitando que presidentes tomassem partido em grandes questões geopolíticas para não prejudicar os interesses econômicos de um "Estado intermediário".

Na avaliação do cientista político Elton Gomes, o Brasil abandonou a isenção regional e passou a intervir com mais frequência em assuntos domésticos de vizinhos, com governantes tecendo considerações valorativas e apoiando abertamente candidatos em eleições estrangeiras, como ocorreu no apoio de Lula a candidatos na Argentina. Gomes afirma ainda que o Brasil vive um fenômeno relativamente recente de maior “presidencialização da política externa”.

O estrategista internacional Cezar Roedel observa que no ambiente global, que exige seriedade, cada declaração presidencial circula instantaneamente entre governos, mercados e meios de comunicação. “Quando o cálculo político privilegia o efeito interno em detrimento da repercussão internacional, o Brasil corre o risco

de reduzir sua tradicional imagem de interlocutor equilibrado e de negociador confiável”.

Para a analista política Yolanda Tolentino, os episódios revelam uma combinação entre improvisação presidencial e uma estratégia deliberada de política externa. Ela observa que Lula frequentemente abandona o discurso preparado pelo Itamaraty e recorre a analogias ou metáforas espontâneas. Ainda assim, essas manifestações não ocorreriam ao acaso. Segundo a pesquisadora, quando analisadas em conjunto, elas apontam para uma linha consistente de valorização do chamado Sul Global, críticas às potências ocidentais e tentativa de afirmar maior autonomia brasileira em relação aos Estados Unidos.

Na avaliação de Tolentino, o problema não é apenas o conteúdo das posições brasileiras, mas a forma como elas são expressas. "A experiência recente mostra que um país pode defender posições próprias e ainda assim exercer papel de mediador. O problema surge quando a linguagem utilizada fecha canais de diálogo com uma das partes." Ela lembra que episódios semelhantes ocorreram em 2010, quando Lula negociou, ao lado da Turquia, um acordo nuclear com o Irã que acabou rejeitado pelos Estados Unidos.

Além dos impactos diplomáticos, declarações presidenciais podem reduzir a margem de negociação do Brasil em temas econômicos, avalia o estrategista internacional Cezar Roedel. Segundo ele, a crise com Israel após a comparação da ofensiva em Gaza ao Holocausto demonstrou que falas presidenciais podem

produzir consequências concretas nas relações bilaterais. Roedel avalia que o mesmo ocorre nas relações com os Estados Unidos, ainda que em contexto diferente. "No caso dos Estados Unidos, uma disputa comercial, as manifestações de Lula também atrapalham, e muito. O governo não conseguiu negociar com os EUA, como todos os outros países do mundo fizeram, para reduzir as tarifas. Lula prefere repetir mantras ideológicos que nada servem aos reais interesses nacionais brasileiros", afirma. Na avaliação do estrategista internacional, parte da retórica adotada pelo presidente busca dialogar prioritariamente com sua base política no Brasil, sobretudo em temas relacionados à ordem internacional e às críticas ao Ocidente.

Na visão do cientista político Elton Gomes, entretanto, esses episódios raramente alteram as

relações estruturais entre os países. Como exemplo, cita a relação com a Argentina. Apesar das trocas de críticas entre Lula e Javier Milei, o comércio bilateral permaneceu em níveis recordes, sustentado pela forte integração econômica entre os dois países. Já em relação aos Estados Unidos, Gomes corrobora a visão de Roedel e afirma que uma retórica excessivamente hostil pode ser contraproducente. "O Brasil depende dos Estados Unidos como importante mercado para produtos industrializados, fonte de investimentos e principal fornecedor de tecnologia. Por isso, uma política externa pragmática tende a produzir mais resultados do que discursos de confronto."



[Voltar ao índice](#)



No livro “Cruzando a tempestade do 8 de janeiro”, o psicólogo João Giffoni reúne reflexões sobre sofrimento e fé. (Foto: Arquivo pessoal/ João Giffoni)

Superação

Psicólogo preso no 8/1 escreve livro em embalagens de suco relatando o que viveu

Por Raquel Derevecki

Preso nos atos do 8 de janeiro, o psicólogo João

Giffoni, de Brasília, atendeu voluntariamente cerca de 300 pessoas na prisão e, enquanto ajudava os colegas, decidiu escrever um livro relatando sua experiência e apresentando dicas de como enfrentar situações de sofrimento.

Sem acesso a folhas sulfite ou cadernos, o livro foi escrito em restos de papel que encontrava no chão e em embalagens de suco que Giffoni conseguiu reunir nos sete meses em que permaneceu no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A obra foi intitulada “Cruzando a Tempestade do 8 de janeiro” e teve o primeiro estoque esgotado na Amazon nas últimas semanas.

“Realmente me surpreendeu!”, comenta o autor, em entrevista à Gazeta do Povo. Segundo ele, o

livro apresenta diversos documentos, cartas, relatos do cárcere e reflexões sobre sofrimento e fé que podem beneficiar qualquer leitor, independentemente de posições políticas. No entanto, como o brasiliense não era conhecido nacionalmente, não sabia como seria a aceitação do trabalho. “As pessoas estão lendo, me seguindo nas redes sociais e apoiando”, comemora, ao informar que o estoque na plataforma virtual já foi renovado, e que os livros estão disponíveis novamente para venda. O valor unitário é R\$ 59.

Natural de Brasília, João Giffoni tem 28 anos, é especialista em neuropsicologia, e usou o conhecimento adquirido em seu trabalho para enfrentar os desafios na prisão. De acordo com ele, os fatos que viveu o lembraram da experiência do psiquiatra judeu Viktor Frankl,

que foi vítima do regime nazista na Segunda Guerra Mundial e escreveu o livro “Em Busca de Sentido: um psicólogo no campo de concentração”. “Busquei seguir os passos de Frankl para também encontrar sentido naquela situação, sobreviver e não enlouquecer”, disse o brasileiro, ao explicar que, ao mesmo tempo em que vivenciava a realidade da prisão, começou a escrever “cartas”, como se estivesse contando tudo para um amigo. O resultado foi um relato detalhado sobre a manifestação do 8/1 e as dificuldades diárias no cárcere.

Depois que saiu da prisão — em 9 de agosto de 2023 —, Giffoni organizou todos os registros, transcreveu o conteúdo e preparou a obra com quatro temáticas principais. Na primeira, o psicólogo relata acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 por meio de fotografias,

documentos processuais, imagens de câmeras e capturas de vídeos daquela data.



Busquei seguir os passos de Frankl para também encontrar sentido naquela situação, sobreviver e não enlouquecer.

Segundo Giffoni, ele agiu de forma pacífica durante toda a manifestação e foi conduzido por policiais sob a alegação de que seria retirado da área de confronto, por segurança. “Mas fomos levados a uma delegacia instalada no subsolo do Congresso Nacional, e presos”, afirma.

Giffoni passou sete meses na Papuda, foi liberado com tornozeleira eletrônica e condenado pelo

Supremo Tribunal Federal (STF) à pena de 14 anos. Ele vive atualmente na Argentina.

Livro descreve a atuação como psicólogo voluntário na prisão

Já a segunda parte da obra está concentrada no tempo de cárcere e em sua atuação como psicólogo e educador emocional voluntário naquele ambiente. De acordo com ele, mais de 300 pessoas receberam seu auxílio, entre participantes das manifestações — chamados de “patriotas” — e detentos condenados por outros crimes.

O livro cita ainda como era a cela, projetada com oito camas de concreto, mas ocupada por cerca de 20 pessoas, e informa que as luzes permaneciam

acesas durante a noite com um grande refletor instalado em uma torre. “A gente brincava que a noite era mais clara que o dia”, conta o psicólogo, que passou a aplicar dinâmicas de educação emocional para melhorar a relação entre os presos e ajudá-los a lidar com aquelas dificuldades.

O autor também revela, na terceira parte do livro, suas reflexões e a maneira que usou para enfrentar aquela situação. De acordo com ele, mesmo que o leitor seja contrário às manifestações de 8/1, poderá encontrar ensinamentos que o ajudarão a lidar emocionalmente com quadros de doenças graves, desemprego, injustiças ou problemas familiares, por exemplo.

Já no encerramento do livro, Giffoni — que é cristão —, traz um olhar espiritual sobre sua experiência. Para isso, relata episódios de reconciliação, perdão, cura e transformação pessoal, como a de um preso comum que escreveu em carta como o contato com as pessoas do 8 de janeiro mudou sua visão de mundo.

“Por muito tempo da minha vida, deixei de acreditar nas pessoas e na humanidade”, escreveu o preso, ao afirmar que via o ser humano como “ruim, corrosivo” e que poderia, a qualquer momento, lhe fazer mal. “Porém, toda essa linha de percepção que estava presente em mim desmoronou logo que passei a conhecê-los”, continuou no relato, ao afirmar que ele estava ali colhendo as consequências de suas escolhas, mas aqueles homens, não. “São pessoas maravilhosas, gentis, difíceis de se encontrar”.

Giffoni não relata o motivo que levou esse homem à prisão, mas afirma que, assim como ele, outros também destacavam a educação, fé e união dos presos do 8/1. “Eles gostavam muito da forma como os classificados ‘patriotas’ os tratavam”, comenta o autor, que agora pretende retomar seu espaço profissional e ajudar pessoas por meio de seu relato de sofrimento, propósito e recomeços.

“Minha experiência pode ajudar outras pessoas a cruzarem as tempestades da própria vida”, finaliza.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **Milei injeta apoio externo, críticas ao STF e antilulismo à campanha de Flávio Bolsonaro**
- **Cobrança automática de imposto coloca empresas em risco e deve forçar endividamento**
- **Para multar, o Estado funciona: IAs de trânsito se espalham pelo Brasil**
- **O mistério da explosão de “homicídios ocultos” no Brasil**
- **Por que 17 estados americanos estão processando a Califórnia**
- **O que diz o diário de Anthony Fauci sobre Trump e a origem da Covid-19**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice